

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

PROVISÓRIO
2006/0000(INI)

19.10.2006

PROJECTO DE RELATÓRIO

sobre os impactos económicos do aumento dos preços do petróleo
(2006/0000(INI))

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

Relator: Manuel António dos Santos

ÍNDICE

	Página
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU.....	3
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	9

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre os impactos económicos do aumento dos preços do petróleo (2006/0000(INI))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as Conclusões do Conselho Europeu de Gotemburgo, de 15 e 16 de Junho de 2001, e dos Conselhos Europeus de Bruxelas, de 23 e 24 de Março de 2006 e de 15 e 16 de Junho de 2006,
 - Tendo em conta as Conclusões da Reunião informal de Chefes de Estado e de Governo da UE realizada em Hampton Court, em 27 de Outubro de 2006, que marcou o início de uma futura política energética da UE,
 - Tendo em conta a sua reunião de 1 de Junho de 2006 sobre a eficiência energética ou "Fazer mais com menos" - Livro Verde¹, nomeadamente o seu pedido de planos de acção da Comissão e nacionais no domínio da eficiência energética,
 - Tendo em conta a sua resolução de 23 de Março de 2006 sobre a segurança do aprovisionamento energético na União Europeia²,
 - Tendo em conta a sua resolução de 26 de Fevereiro de 2004 sobre a situação da economia europeia, relatório sobre as orientações gerais das políticas económicas³,
 - Tendo em conta o artigo 45º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (A6-0000/2006),
- A. Considerando que os aumentos do preço do petróleo têm um efeito global de recessão para a UE enquanto importador líquido do petróleo, reduzindo o crescimento do produto interno bruto (PIB), o emprego e o investimento, e aumentando a pressão inflacionista e as taxas de juro,
- B. Considerando que as incertezas quanto ao equilíbrio entre a oferta e a procura têm gerado arbitragens e acções especulativas que, por sua vez, aumentam ainda mais os preços do petróleo e a volatilidade do mercado,
- C. Considerando que a existência de preços do petróleo baixos modelou a economia mundial durante mais de 50 anos e que a perspectiva de preços elevados de longa duração conduzirá a mudanças fundamentais na economia,
1. Manifesta a sua preocupação pelo facto de, nos últimos anos, a evolução dos preços do petróleo se ter caracterizado por uma importante volatilidade e um aumento substancial, passando de 12 USD por barril antes de 2000 para 79 USD em 8 de Agosto de 2006,

¹ Textos aprovados, PE_TA(2006)0243.

² Textos aprovados, PE_TA(2006)0110.

³ JO C 98E, de 23.4.2004, p. 162.

ameaçando a recuperação económica na Europa;

2. Salienta o carácter diferente do actual aumento do preço do petróleo relativamente ao passado, quando era comandado pela oferta e transitório, enquanto que o actual aumento do preço do petróleo tem sido principalmente desencadeado pelo rápido crescimento da procura em economias emergentes, como a China, mas também dos EUA, assim como por incertezas nas regiões produtoras de petróleo e insuficiências da oferta provocadas pela escassez de investimento em infra-estruturas, tornando-o assim de carácter permanente e amplificado pela especulação nos mercados financeiros;
3. Constata a existência de grandes divergências em termos de estimativas, opiniões sobre as reservas de petróleo remanescentes e a altura em que o pico do petróleo será atingido; salienta que, não obstante, a Europa tem que enfrentar o desafio de preços do petróleo persistentemente elevados e voláteis, assim como os impactos económicos que a eles estão ligados;
4. Sublinha o efeito global de recessão provocado pelos aumentos do preço do petróleo para a UE enquanto importador líquido de petróleo, reduzindo o crescimento do PIB, do investimento e do emprego e aumentando a pressão inflacionista e as taxas de juro;
5. Salienta que, consoante os diferentes graus de dependência do petróleo e estruturas de produção, o impacto do aumento dos preços do petróleo varia de um Estado-Membro para outro e que as consequências se fazem sentir mais fortemente em países que são altamente dependentes das importações de petróleo, como os da zona do euro, em que se estima que o PIB tenha diminuído de, pelo menos, 0,5%, assim como nos novos Estados-Membros, devido à maior intensidade energética das suas economias;
6. Manifesta-se preocupado com a pressão em alta que os preços da energia mais elevados exercem sobre os preços ao consumidor, fazendo aumentar a inflação do índice harmonizado de preços ao consumidor (IHPC) para 2,3% na zona do euro e na UE; salienta o aumento dos preços à produção industrial de 5,9% em Julho de 2006 na zona do euro, enquanto que os efeitos induzidos do aumento dos preços do petróleo sobre os salários permanecem amplamente ausentes, com aumentos salariais moderados; manifesta a sua preocupação relativamente aos efeitos negativos do aumento dos preços do petróleo sobre a procura das famílias, devido ao reduzido rendimento disponível;
7. Salienta que o BCE já aumentou as taxas de juro cinco vezes desde Dezembro de 2005; manifesta a sua preocupação relativamente à crescente imprevisibilidade das PME quanto ao custo dos empréstimos e aos impactos negativos sobre o investimento e o emprego na UE;
8. Salienta que a pressão inflacionista devida à subida dos preços do petróleo aumenta a incerteza quanto à amplitude do rigor monetário que lhe está associada, conduzindo a uma percepção do risco mais elevada, a uma maior contracção da liquidez global e a uma maior volatilidade, nomeadamente nos mercados das matérias-primas e accionistas; alerta contra o papel negativo da especulação sobre os preços do petróleo nos mercados financeiros, a qual amplia a crise de preços do petróleo;

O sector dos transportes

9. Nota que impacto do aumento do preço do petróleo varia consideravelmente de um sector para outro, sendo o sector dos transportes, que conta para 56% do total do consumo de petróleo, o mais afectado, enquanto que outros sectores conseguiram bons resultados na redução da dependência do petróleo através do aumento da eficiência energética e de alterações na combinação de combustíveis utilizados;

Balança comercial; desequilíbrios globais

10. Salaria que o efeito adverso do aumento dos preços do petróleo sobre a balança comercial dos países importadores de petróleo, através da redistribuição da riqueza aos países exportadores de petróleo, transformando-os em actores importantes no contexto de desequilíbrios globais e da reciclagem de petrodólares, que resulta já na acumulação de activos externos substanciais;
11. Congratula-se com o facto de a reciclagem de petrodólares pelos exportadores de petróleo ter beneficiado a zona do euro através do impacto positivo sobre o investimento estrangeiro e do aumento da procura de bens e serviços da zona do euro, que compensa parcialmente os efeitos nocivos dos aumentos do preço do petróleo;

Concorrência

12. Recorda a urgência de fazer diminuir os preços da energia nos mercados energéticos internos; salienta, neste contexto, que os mercados da energia continuam, em grande parte a ser nacionais e dominados por um pequeno grupo de empresas, tanto privadas, como públicas; solicita à Comissão e às autoridades e reguladores nacionais da concorrência que exerçam uma supervisão atenta sobre as empresas do sector da energia;
13. Solicita que o mercado interno da energia seja realizado através da tomada de medidas para ultrapassar as diferenças preponderantes quanto às competências dos reguladores, ausência de um regulador energético europeu para tratar das questões transfronteiras e à falta de um plano de interconexão prioritário, normas para as redes, regimes de compensação e armazenagem de gás;
14. Solicita à Comissão e aos Estados-Membros que incluam a existência de um nível elevado de eficiência energética entre os critérios de selecção para a adjudicação de contratos públicos; considera que, no contexto da revisão das directrizes comunitárias para os auxílios estatais à protecção do ambiente, deverão ser tomadas medidas para incentivar mais o investimento na eficiência energética, assim como medidas de diversificação;

A Europa deve agir já

15. Salaria que, caso não sejam tomadas medidas agora, a dependência europeia das importações de energia aumentará de 50% para 71% em 2030, dos quais, 94% que dizem respeito às importações de petróleo, agravando os impactos negativos do aumento dos preços do petróleo e a volatilidade da economia europeia;
16. Salaria a necessidade de um investimento maciço em infra-estruturas e distribuição de energia durante os próximos anos; solicita a realização de um debate aprofundado a nível

comunitário sobre as diferentes fontes de energia, tendo em conta todos os custos relativos à produção, armazenagem, distribuição, transporte, consumo e garantia de aprovisionamento de energia, assim como sobre os aspectos relativos à segurança e aos resíduos e o seu papel nas alterações climáticas, nomeadamente no que diz respeito às emissões de CO₂; solicita à Comissão que encete avaliações do impacto das diferentes fontes de energia e das combinações de combustíveis utilizados de acordo com esses parâmetros;

17. Recorda a sua resolução de 26 de Fevereiro de 2004, na qual “realça a importância de que se reveste a redução da dependência da Europa face às importações petrolíferas, as quais representam um pesado ónus do ponto de vista político e em termos de volatilidade dos preços; regozija-se com a criação de plataformas tecnológicas, nomeadamente com a parceria europeia para a economia de hidrogénio; apoia um reforço dos investimentos no sector das energias renováveis que apresentem a melhor relação de eficácia de custos, as quais permitirão reduzir a volatilidade dos custos por unidade de energia, reforçar a segurança do aprovisionamento energético, diminuir o impacto nocivo no ambiente e desencadear, potencialmente, uma revolução industrial análoga à induzida pelas tecnologias da informação nos Estados Unidos”;
18. Salaria o potencial dos mercados prometedores dos países emergentes e em desenvolvimento para as energias renováveis e as tecnologias de aumento da eficiência energética; salienta as taxas de crescimento e de emprego positivas nestes sectores; alerta para o risco de perder a liderança no mercado das tecnologias ambientais a favor dos EUA;
19. Solicita à Comissão e ao Conselho que elaborem um plano detalhado para reduzir a dependência das importações de petróleo da UE, assim como uma passagem para as energias limpas; solicita a aprovação rápida de medidas para melhorar a eficiência energética; espera que tais medidas ajudem a reduzir os preços do petróleo;
20. Solicita o estabelecimento de um mecanismo integrado de emergência da UE para a segurança do abastecimento, com um aumento das reservas mínimas de petróleo da UE de 90 para 120 dias de consumo, e para desenvolver uma reserva mínima de gás de, pelo menos, 90 dias;
21. Reitera o seu pedido de que os bancos multilaterais e as instituições financeiras públicas criem fundos para a eficiência energética destinados a subvencionar projectos neste domínio; considera que os objectivos da eficiência energética também devem ser integrados em outras políticas sectoriais, nomeadamente as políticas fiscal, de transportes e de coesão; considera que devem ser propostos regimes de financiamento e instrumentos contratuais inovadores, como o microcrédito e as parcerias de capital de risco entre empresas privadas e administrações locais, a fim de associar activamente os parceiros locais e os decisores;
22. Salaria o importante papel que o Banco Europeu de Investimento (BEI) tem na promoção do investimento em tecnologias limpas; congratula-se com o compromisso do BEI de reforçar a sua contribuição para investimentos em infra-estruturas, incluindo a segurança energética, as energias renováveis e as redes transeuropeias, e de duplicar a sua

participação em projectos renováveis de 7% para 15%; salienta a urgência de uma diversificação das fontes de energia e o empenhamento da UE relativamente ao desenvolvimento sustentável, assim como o seu compromisso internacional de cumprir o Protocolo de Quioto; incentiva o BEI a integrar os critérios relativos às emissões de CO₂ nos seus critérios de selecção e a adoptar um objectivo ainda mais ambicioso para os projectos no domínio das energias renováveis e da eficiência energética;

Tributação

23. Salienta o aumento das receitas fiscais provenientes da tributação da energia devido aos recentes aumentos dos preços do petróleo; salienta a importância de políticas fiscais adequadas para criar incentivos especiais ao aumento dos investimentos a favor da eficiência energética, das energias renováveis e de produtos respeitadores do ambiente; salienta que os sistemas fiscais devem também adoptar o princípio do “poluidor-pagador”;
24. Salienta que o sector dos transportes, que é o mais afectado pelo aumento dos preços do petróleo, conta para 56% do consumo total de petróleo na UE; solicita uma directiva-quadro para a eficiência energética nos transportes; incentiva a harmonização da legislação sobre os veículos de passageiros, incluindo uma tributação harmonizada a nível de toda a UE sobre os veículos baseada nas emissões de CO₂, com procedimentos de certificação e de rotulagem e com incentivos fiscais à diversificação das fontes de energia; solicita uma estratégia global para substituir progressivamente a utilização de combustíveis fósseis no sector dos transportes e para promover a introdução no mercado de técnicas de baixa emissão de CO₂ e a utilização das tecnologias mais avançadas em matéria de biocombustíveis e/ou bio-hidrogénio;

Política energética comum: diplomacia da energia

25. Congratula-se com o diálogo e a cooperação da UE com países exportadores de petróleo para reduzir as incertezas, tanto do lado da procura, como da oferta, facilitar o investimento e as decisões sobre a diversificação económica de ambas as partes e criar um clima de confiança e de fiabilidade;
26. Salienta que a política energética e, nomeadamente, a segurança do abastecimento de energia, devem tornar-se parte integrante da política externa comum e das políticas de desenvolvimento comercial e de segurança da UE e solicita uma estratégia que garanta e diversifique o abastecimento e as rotas de trânsito, demonstrando solidariedade no interior da UE; considera que as parcerias e os acordos de cooperação com essas regiões deverão ser utilizadas para criar um quadro regulamentar estável mas aberto nos países fornecedores, incentivar investimentos nas infra-estruturas de exploração e transportes e garantir o abastecimento a longo prazo;
27. Salienta a importância de incluir na nova diplomacia da energia da UE um diálogo construtivo sobre a eficiência energética e a conservação da energia com os países exportadores de petróleo, países que fazem parte das rotas de trânsito e todos os principais consumidores de energia, nomeadamente as economias emergentes e em desenvolvimento, a fim de estabelecer normas mínimas de eficiência para bens globais,

desenvolver a solidariedade no domínio da política energética e lutar contra a poluição do ambiente e as alterações climáticas;

28. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

“O Estado da Califórnia está a processar os seis maiores fabricantes mundiais de automóveis, exigindo que paguem pelos prejuízos ambientais provocados pelas emissões dos seus veículos”.

O Presidente dos EUA, G. W. Bush, deseja “ajudar a quebrar a dependência de fontes de energia estrangeiras da América e pretende substituir mais de 75% das suas importações de petróleo do Médio Oriente até 2025 através de novas tecnologias que desenvolvam fontes alternativas de energia mais limpa, menos onerosa e mais fiável”.

Parece ficção, mas estas informações são reais.
O que é que se está a passar?

Enquanto que, antes de 2000, os preços do petróleo bruto atingiram uma baixa importante de 10 a 12 USD/barril, durante os últimos 6 anos têm aumentado acentuadamente até atingir 79 USD/barril em Agosto de 2006; desde então, abrandaram, mas não há qualquer prova de que o aumento dos preços venha a terminar.

Ao preço de 50 euros/barril (60 USD), a UE paga 250 mil milhões de euros por ano pelas suas importações de petróleo, o que corresponde a 2,3% do PIB. Se não forem tomadas medidas, em vez dos 50% actuais, em 2030, 70% da energia da Europa será importada, representando as importações de petróleo 94%. Com este nível de dependência, cada aumento de 10 euros/barril deverá representar um volume adicional de importações de cerca de 40 mil milhões de euros por ano.

A diferença relativamente aos choques petrolíferos precedentes:

Enquanto os três choques dos preços do petróleo precedentes foram provocados principalmente por roturas importantes do fornecimento de petróleo, desta vez, estamos perante um crescimento substancial da procura provocado pelo enorme crescimento económico na Ásia, mas também pelo aumento da procura de petróleo nos EUA, provocando a explosão dos preços. Em termos de aumento da procura mundial de petróleo, a parte da Ásia e da América é de 70%, sendo a parte da China, por si só, de 30%.

Uma razão adicional para o aumento dos preços é a acumulação de incertezas como as resultantes de:

- Sabotagens no Iraque e na Nigéria e ameaças à infra-estrutura petrolífera de outros produtores, no Médio Oriente;
- Problemas de abastecimento devidos a furacões como o Katrina nos EUA;
- O encerramento das maiores jazidas de petróleo nos EUA devido à corrosão dos oleodutos

O momento do pico do petróleo?

Muitos cientistas e organizações ambientais chamam a atenção para o facto de que o pico do

petróleo foi atingido ou está iminente.

As companhias petrolíferas garantem que ainda há amplas reservas.

Porém, as reservas de petróleo convencional situam-se principalmente em regiões de grande instabilidade política e as reservas não convencionais - para as quais é necessária actividade mineira, extracção a maior profundidade ou produção off-shore - exigirão, apesar de tudo, investimentos importantes e mais onerosos.

O relator conclui que o momento do pico do petróleo pode ainda não ter chegado, mas o momento do “pico do petróleo barato” já foi atingido.

Apesar de, recentemente, os preços do petróleo terem declinado uma vez mais, tendo em conta estes desenvolvimentos, é de esperar que se mantenham voláteis e aumentem no futuro. É perante esta situação geral que os impactos económicos do aumento dos preços do petróleo têm que ser examinados.

I. IMPACTOS ECONÓMICOS

- Crescimento

Com base nos diferentes graus de dependência do petróleo e nas diferentes estruturas de produção, os impactos podem, portanto, variar de um país para outro na UE . As consequências fazem-se sentir mais fortemente nos países que são altamente dependentes das importações de petróleo e nos países mais energético-intensivos, na medida em que a energia é utilizada de forma menos eficiente.

Os países da zona euro são particularmente afectados devido à sua elevada dependência das importações de petróleo e, previsivelmente, os que mais são afectados a curto prazo. Calcula-se que o PIB tenha diminuído, pelo menos, 0.5%.

Os novos Estados-Membros da UE também são particularmente afectados, devido à elevada intensidade energética das suas economias.

Além dos níveis de preços do petróleo constatados, a incerteza quanto ao seu nível futuro e a sua volatilidade constante constituem factores negativos por si próprios.

Por outro lado, os aumentos dos preços do petróleo geram, por parte dos países exportadores, uma acumulação de petrodólares que são reinvestidos em activos financeiros a longo prazo, contribuindo para baixas taxas de juro a longo prazo e apoiando o crescimento. Com efeito, os países exportadores de petróleo investem cada vez mais as suas receitas petrolíferas extraordinárias em activos denominados em euros e aumentaram a procura de bens e serviços da zona euro.

- Inflação

Os aumentos dos preços do petróleo podem afectar a inflação de forma directa e induzida.

Os efeitos directos são o efeito imediato sobre os preços da energia pagos pelo consumidor. A componente energia do IHPC conta para cerca de 8.6% do cabaz de consumo deste índice e contribui para quase um ponto percentual da inflação total na zona euro.

Os efeitos induzidos dizem respeito à possibilidade de, além dos efeitos directos, um choque petrolífero ter um impacto sobre a inflação no caso de influenciar a negociação salarial e os comportamentos de determinação de preços.

Para a zona do euro no seu conjunto, não há actualmente quaisquer sinais de retoma do aumento dos salários, mas a inflação real de salários está a apresentar uma tendência para a baixa desde o início do ano.

Isto aponta para um problema da procura na zona do euro que é ampliada devido à diminuição do rendimento disponível provocada pelo aumento dos preços do petróleo e de outras fontes de energia, assim como ao início de aumentos dos preços dos produtos industriais e dos custos dos transportes.

No que diz respeito à determinação de preços, registou-se, em Julho de 2006, um aumento substancial de 5,9 % dos preços à produção industrial na zona do euro que indica que as empresas percutem as perdas de lucros sobre os consumidores.

Devido à volatilidade e às baixas expectativas de crescimento, o investimento é refreado. Os representantes das PME exprimem a sua preocupação pelo facto de o BCE já ter aumentado as taxas de juro cinco vezes desde Dezembro de 2005, e de que futuros aumentos conduzirão à imprevisibilidade das PME quanto aos custos dos empréstimos e reduzirão mais o investimento.

- Balança comercial e taxas de câmbio

Um aumento dos preços do petróleo também altera a balança comercial entre países. Os países que são importadores líquidos de petróleo constatarem geralmente uma deterioração da sua balança de pagamentos, colocando sob pressão descendente as taxas de câmbio. Espera-se que, sem uma alteração das políticas monetárias do BCE e governamentais, o dólar possa tender a subir, uma vez que a procura de activos de reserva internacionais denominados em dólares por parte dos países produtores de petróleo aumenta.

Uma apreciação do dólar também pode ter impactos positivos sobre a competitividade da economia e do comércio da Europa. Por outro lado, uma vez que a desvalorização do dólar relativamente ao euro amortece o impacto dos recentes aumentos dos preços do petróleo na zona do euro, qualquer alteração do valor do dólar poderá afectar significativamente o impacto de preços nominais do petróleo elevados sobre a economia europeia e global.

Além disso, o aumento dos preços do petróleo também conduz a uma redistribuição da riqueza a favor dos países exportadores de petróleo, tornando-os actores importantes no contexto dos desequilíbrios globais e a reciclagem de petrodólares já se traduz pela acumulação de activos externos substanciais. As exportações de bens e serviços europeus para os países exportadores de petróleo aumentaram, o que contribuiu para amortecer os impactos

negativos do aumento dos preços do petróleo.

- Concorrência

Os mercados internos da energia devem melhorar a sua competitividade, nomeadamente através de uma redução dos preços. Os mercados da energia são dominados por um conjunto reduzido de empresas, tanto públicas, como privadas, e apresentam muitas diferenças de um Estado-Membro para outro, o que impede o desenvolvimento de mercados europeus verdadeiramente competitivos.

II. A EUROPA DEVERÁ, FINALMENTE, AGIR

Caso não sejam tomadas medidas, em 2030, a dependência das importações de petróleo da Europa aumentará dos actuais 50 % para 71 %, com 94 % de petróleo importado, agravando os impactos negativos do aumento dos preços do petróleo e a volatilidade da economia europeia.

Embora as consequências económicas imediatas sejam negativas, a evolução recente dos preços do petróleo também representa um conjunto de novas oportunidades, que mais não seja porque contribuirá para passar dos combustíveis fósseis para outras fontes de energia, o que, até agora, não foi conseguido através de medidas ambientais limitadas.

A crise energética ilustra claramente o potencial do mercado prometededor dos países emergentes e em desenvolvimento no sector das energias renováveis e das tecnologias destinadas a aumentar a eficiência energética e coloca em evidência as taxas positivas de crescimento e emprego deste sector. A Europa deverá, finalmente, aproveitar esta oportunidade e não perder a liderança no mercado das tecnologias ambientais a favor dos EUA.

- Oportunidades de substituição para as energias renováveis

A Comissão calculou que, durante os próximos 20 anos, será necessário fazer investimentos de cerca de um trilião de euros para satisfazer a procura prevista de energia e substituir as infra-estruturas obsoletas. Podem ser investimentos nas fontes de energia tradicionais e na exploração das últimas reservas de petróleo durante os próximos 20 anos ou investimentos que tomem uma nova direcção.

III. SUGESTÕES DO RELATOR

1. Deverá ser lançado, a nível de toda a Comunidade, um debate sobre as diferentes fontes de energia, tendo em conta todos os custos relativos à produção de energia, ao seu armazenamento, distribuição, transporte, consumo e segurança de abastecimento, assim como aos aspectos relativos à segurança e aos resíduos e à sua contribuição para as alterações climáticas no que diz respeito às emissões de CO₂.

2. A Comissão deverá realizar urgentemente uma avaliação do impacto das diferentes fontes de energia e das combinações de combustíveis utilizados de acordo com esses parâmetros.
3. A Comissão deve propor um plano detalhado para reduzir a dependência das importações de petróleo da UE e para realizar a transição para as energias limpas; é urgente tomar medidas para melhorar a eficiência energética.
4. Os bancos multilaterais e as instituições financeiras públicas devem criar Fundos de Eficiência Energética que subvençionem projectos neste domínio.
5. Os objectivos da eficiência energética devem ser também integrados em outras políticas sectoriais, nomeadamente a política fiscal, a política de transportes e a política de coesão. Devem ser propostos regimes de financiamento e instrumentos contratuais inovadores, como o microcrédito e as parcerias de capital de risco entre as empresas privadas e as administrações públicas locais, a fim de associar activamente os parceiros locais e os decisores.
6. O BEI deverá intensificar os seus esforços em matéria de energias renováveis, eficiência energética e abastecimento de energias; tendo em conta a urgência da diversificação das fontes de energia e o empenhamento da UE no desenvolvimento sustentável, assim como o seu compromisso internacional de cumprir o Protocolo de Quioto, o BEI deverá integrar critérios de emissão de CO₂ nos seus critérios de selecção e adoptar um objectivo ainda mais ambicioso para projectos no domínio das energias renováveis e da eficiência energética.
7. As políticas fiscais devem criar incentivos para o aumento do investimento a favor da eficiência energética, das energias renováveis e dos produtos respeitadores do ambiente e favorecer estas opções.
8. Os sistemas fiscais devem também integrar o princípio do “poluidor-pagador”.
9. Uma vez que o sector dos transportes conta para 56 % do consumo de petróleo na UE e é o mais afectado pelo aumento dos preços do petróleo, deverá ser adoptada e implementada uma directiva-quadro relativa à eficiência energética no sector dos transportes.
10. Importa avançar para uma harmonização da legislação relativa aos veículos de passageiros, incluindo a tributação harmonizada sobre os veículos automóveis com base nas emissões de CO₂, com procedimentos de certificação e de rotulagem e incentivos fiscais à diversificação das fontes de energia.
11. Estabelecer uma estratégia global para suprimir gradualmente a utilização de combustíveis fósseis no sector dos transportes e promover a introdução no mercado de técnicas de baixa emissão de CO₂, utilizando as tecnologias mais recentes de alimentação de motores por biocarburantes e/ou biohidrogénio.

IV. DIÁLOGO ENERGÉTICO E DIPLOMACIA

Finalmente, mas igualmente importante, o relator congratula-se com o diálogo e a cooperação que a União Europeia mantém com os países exportadores de petróleo, o que é crucial para reduzir incertezas, tanto por parte da oferta, como da procura, facilitar as decisões em matéria de investimento e de diversificação económica e energética de ambas as partes e para criar um clima de confiança.

12. A política energética deve estar ligada à política externa, assim como à política de segurança e à política de desenvolvimento

O relator considera que a nova diplomacia energética da União Europeia deve ter o objectivo de estabelecer com os países exportadores de petróleo, os países que fazem parte das rotas de trânsito e todos os grandes consumidores de energia, nomeadamente as economias emergentes e em desenvolvimento, um diálogo construtivo sobre a segurança do abastecimento energético e a eficiência e conservação da energia, a fim de desenvolver mais solidariedade no domínio da política energética em três vertentes:

- solidariedade com a UE;
- solidariedade com os países em desenvolvimento;
- solidariedade com todos os que lutam contra a poluição ambiental e as alterações climáticas.

Além do mais, com o aumento dos preços do petróleo, a integração do princípio do desenvolvimento sustentável em todas as políticas comunitárias, incluindo a política comercial e a política de desenvolvimento, poderá constituir um estímulo para as indústrias e a inovação europeias no domínio das energias renováveis e das tecnologias e produtos ligados à eficiência energética e pode, no futuro, constituir um motor para o crescimento e o emprego na Europa e em todo o mundo.